



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 310ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 14 de agosto de 2013.

Realizou-se no dia 14 de agosto de 2013, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 310ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros: **Bruno Covas, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Naman Rizek Júnior, Secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente, Luís Fernando Rocha, Maria Auxiliadora Assis Tschirner, Jeferson Rocha de Oliveira, Carlos Alberto Maluf Sanseverino, Zuleica Maria de Lisboa Perez, Antônio Elian Lawand Junior, Marcos Lopes Couto, Sido Otto Koprowski, Olavo Coutinho Nogueira, Flávio M. Ribeiro, Suely Matsuguma, José Ricardo Franco Montoro, Olavo Reino Francisco, Daniel Teixeira de Lima, Ronaldo Severo Ramos, Rubens Nicaretta Chemin, Ana Cristina Pasini da Costa, Andrea Nascimento, Nelson Roberto Bugalho, Yara Cunha Costa, Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, Antonio Abel Rocha da Silva, Lacir Ferreira Baldusco, Matilde da Costa, Jorge Hamada, Luiz Antonio Cortez Ferreira, Dimitri Auad, Benedito Mascarenhas Louzeiro, Sônia Maria Flores Giancesella, Marcelo Pereira Manara, Isabel Cristina Baptista, Daniel Smolentzov, Gilmar Altamirano, Francisco Emilio Baccaro Nigro e Rosa Ramos.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação das Atas das 308ª e 309ª Reuniões Plenárias Ordinárias; 2) Comunicações da presidência e da secretaria-executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Apresentação sobre a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos: Panorama dos Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo; 2. Apresentação do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos; 3. Apresentação do convênio celebrado com a WWF para apoio às RRPNs e ao Programa Trilhas de São Paulo. O **Presidente do CONSEMA** submeteu à votação, nos termos regimentais, as Atas das 308ª e 309ª Reuniões Plenárias Ordinárias, que foram aprovadas. O **Secretário-Executivo**, Germano Seara Filho, noticiou a morte no dia 1º de agosto do ex-conselheiro Airton Sintoni, que durante muitos anos representou a Secretaria de Energia, e informou que o conselheiro convidado Paulo Nogueira-Neto solicitou fosse comunicado que pequeno problema de saúde o impediu de participar das últimas reuniões e que em breve voltaria a comparecer regularmente às plenárias. O **Presidente do CONSEMA** desejou o pronto restabelecimento do Prof. Paulo Nogueira-Neto e declarou que se passaria ao item 3 do Expediente Preliminar. O conselheiro **Daniel Lima** anunciou que estava devolvendo à secretaria-executiva naquela data o processo com a minuta de decreto que regulamenta a política de educação ambiental. O conselheiro **Carlos Alberto M. Sanseverino** recordou a todos comemorar-se, naquela data, o Dia Mundial de Combate à Poluição, fato digno de registro nos anais do Conselho, e a festa de São Maximiliano Kolbe, santo polonês que devotou sua vida a Maria Santíssima. Informou que no dia seguinte teria lugar, na sede da OAB em São Paulo, a cerimônia de posse dos integrantes da Comissão de Infraestrutura, Logística e Meio Ambiente da OAB, evento para o qual convidava os conselheiros presentes. Indagou se porventura algum conselheiro havia se dignado a acompanhar a questão do trânsito em São Paulo, mais especificamente no que dizia respeito à repercussão (efeito) da recente criação de novos corredores de ônibus sobre o tempo médio de deslocamento destes como dos automóveis. O conselheiro **José Ricardo Franco Montoro** noticiou a publicação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nesse mesmo dia, do Regimento Interno da Conferência Estadual do Meio Ambiente que, atendendo à solicitação de diversos conselheiros como também do Secretário Bruno Covas, estabelece, como membros natos na Conferência, e, portanto, com direito a voz e voto, como ainda a serem votados, os membros titulares e suplentes no Conselho Estadual do Meio Ambiente, e comentou que a medida propiciará grande ganho qualitativo ao evento, que ocorrerá entre os dias 20 e 22 de setembro deste ano. Comentou ainda que seria oportuno que o





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Governador tivesse a possibilidade de assinar o documento que dá corpo à Política Estadual de Educação Ambiental já na própria Conferência Estadual, e propôs para tanto fosse cogitado o agendamento de reunião extraordinária do Conselho com o intuito específico de se apreciar tal proposta. A propósito, **Carlos Alberto M. Sanseverino**, em aparte concedido pelo conselheiro Ricardo Montoro, concordou com a proposta de que se convoque reunião extraordinária para apreciar a regulamentação da educação ambiental e requereu esclarecimentos acerca do modo como esta estaria sendo implementada no Estado, e mencionou artigo de sua autoria publicado pela Revista dos Tribunais, que tem por tema a transversalidade da educação ambiental. Defendeu, em nome da OAB e pelas razões que sucintamente relatou, que a matéria curricular “educação ambiental” seja objeto de cadeira específica nas universidades, e não tratada de modo transversal, por professores de outras áreas como história e geografia. Para tanto, asseverou a necessidade de se formarem mais especialistas na área ambiental, e propôs fosse suscitado, no âmbito do Conselho, debate a respeito. **Marinho Mendes Domenici**, advogado, fazendo uso da palavra como assessor do conselheiro **Antônio Abel Rocha da Silva**, congratulou-se com a CETESB pela pronta ação que determinou o embargo das obras do aeroporto de S. Roque denunciadas na última reunião plenária do CONSEMA. A conselheira **Yara Cunha Costa**, no ensejo da manifestação do conselheiro Carlos Sanseverino, antecipou que será em breve lançado concurso destinado a premiar projetos inovadores na área da educação ambiental, e que, tão logo as providências de ordem legal estivessem concluídas, será levado a público. Comentou que o projeto atendia a uma importante demanda das entidades colaboradoras que compõem o CadEA, e esclareceu, com relação à regulamentação da lei estadual que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, ter este resultado de amplo processo de discussão, com a participação de diversos setores da sociedade civil. Esse processo deu origem a uma proposta de minuta de decreto, que, após analisada pelo grupo de trabalho responsável e tendo incorporado sugestões e proposições suscitadas por ocasião dessa análise, originou o documento que requeria à Presidência fosse sem demora analisado pelo Conselho. O conselheiro **Carlos Sanseverino** indagou sobre a possibilidade de imediata disponibilização deste ao Conselho, ao que lhe respondeu a conselheira **Yara Cunha Costa** que o resultado do trabalho até então desenvolvido já era disponível a quem pudesse interessar, mas que urgia fosse submetido ao Conselho para que, lapidado por derradeiro, desse origem à proposta final. Sublinhou o conselheiro **Carlos Sanseverino** que o que pleiteava não era na verdade a possibilidade de acesso ao trabalho na íntegra, mas tão somente ao resultado – se discutido – do que discutido no plano do tema pontual que trouxe à baila, qual seja, o da transversalidade – e uma vez mais ressaltou a gravidade da condição de despreparo dos professores para bem tratar do assunto educação ambiental. O **Presidente do CONSEMA** informou que o conselheiro Daniel Lima, que havia requerido vistas ao processo, acabava de devolvê-lo e solicitou ao Secretário-Executivo que, tão logo possível, providenciasse que a minuta final do decreto fosse eletronicamente disponibilizada. A conselheira **Maria Auxiliadora A. Tschirner** registrou seu repúdio à Resolução SMA 54/2013, editada recentemente, e que revogou um sem-número de antigas resoluções, entre elas a de número 18/2007, contra a qual vinha combatendo desde há cerca de dois anos. Sublinhou que, embora esse documento autorizasse aos municípios não apenas a retirada de árvores isoladas, mas de maciços florestais inteiros, sem determinar a delimitação da área a suprimir no perímetro do município, nenhum outro diploma legal fora editado em substituição – e alertou para a necessidade de se dar célere encaminhamento à solução dos inconvenientes decorrentes dessa lacuna normativa. O conselheiro **Jeferson Rocha de Oliveira** observou que, desde a última Plenária, alguns conselheiros realizaram várias atividades, sobressaindo-se a que ocorreu no Comitê de Atividades Minerárias vinculado à FIESP, no dia 25 de julho último, que discutiu proposta do marco regulatório da atividade minerária, a qual já tramita em Brasília. Sugeriu fosse essa proposta examinada, pela relevância que possui para o Estado de São Paulo e, particularmente, para o Vale do Paraíba, por primeiro, pela Comissão Temática de Atividades Minerárias, Industriais e





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Agropecuárias do CONSEMA, e, posteriormente, pelo seu Plenário. Noticiou igualmente a realização de reunião em São Luiz de Paraitinga, com resultados positivos, sobretudo no que tange à questão fundiária, à busca de entendimento da mobilização ocorrida recentemente nesse Município e à assinatura de convênio entre a Fundação Florestal e a WWF, iniciativa esta que lhe despertou expectativas na condição de Secretário-Executivo da Federação Paulista das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Noticiou igualmente homenagem prestada em 17 de junho – dia em que se comemora o Dia Nacional das Florestas – aos Senhores Mário Lúcio Sapucaí, Júlio Filipo Washington, Zé Paraíba, José Sávio Monteiro e Família, e Flávio Rido. Convidou todos eles, como também o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Bruno Covas, e o Diretor da Fundação Florestal, Olavo Reino, para receberem o troféu “Os Guardiões da Montanha”, peça confeccionada pela artista plástica Titã Silica, a eles entregue em homenagem à sua luta em favor das RPPNs. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu o brinde e procedeu a inversão da pauta, passando-se à apresentação, por primeiro, do item 2 da ordem do dia, qual seja, a apresentação do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos. Convidou o Secretário de Estado da Casa Militar, Cel. Marco Aurélio, a integrar a Mesa do Conselho. **Maria José Brollo**, geóloga do Instituto Geológico, procedeu à apresentação do programa em detalhamento, aqui denominado PDN, cuja síntese se segue. Explicou que, após ter apresentado, em fevereiro deste ano, o escopo do programa, vinha agora atualizar o Conselho acerca de seu andamento. Esclareceu que sobre temas relacionados a riscos e perigos, o programa estadual visava responder seus mais relevantes questionamentos. Asseverou não ser o Estado de São Paulo livre de riscos geológicos associados a diferentes causas. Ocupam papel de destaque escorregamentos, inundações e enxurradas, erosão continental e costeira, além de colapso e subsidência de solos. Mencionou os órgãos que acompanham esse processo e ajudam a população a enfrentar essas situações extremas cujas consequências envolvem perdas materiais e humanas. Relatou que, no período de 2000 a 2011, segundo Banco de Dados da CEDEC, 45% dos municípios de SP sofreram inundações, 27% sofreram com escorregamentos; foram contabilizados quase 3 mil acidentes, aproximadamente 350 óbitos e mais de 120 mil pessoas foram afetadas (desabrigadas ou desalojadas); tais eventos distribuíam-se ao longo de todo o Estado, com destaque para a porção leste onde se localiza a RMS. Argumentou que o programa, instituído pelo decreto nº 57.512, de 11/11/2011, tem por escopo estabilizar a capacidade de enfrentamento do Estado com relação à ocorrência dos desastres naturais e acidentes, por meio da implementação de políticas públicas, da ampliação da capacidade técnica e institucional e dos recursos econômicos e tecnológicos, em confronto com a contínua ampliação das áreas de risco, do aumento de perdas e danos, da intensificação de eventos extremos e da diversidade de processo perigosos. Prosseguiu dizendo que o programa trabalha com três diretrizes principais, que visam gerenciar as áreas de risco já existentes, evitar o aparecimento de novas áreas de risco e eliminar e/ou mitigar os riscos existentes; os objetivos principais do PDN estão relacionados a diagnóstico, planejamento e ordenamento territorial, monitoramento e fiscalização, redução, mitigação e erradicação de áreas de risco, capacitação, treinamento e disseminação de informação. Destacou que merecem ser citados, entre os instrumentos legais relacionadas ao PDN, a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, instituída em 2009, e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída em 2012. Quanto a PEMC, destacam-se questões como mitigação, vulnerabilidade, prevenção, ocupação desordenada e o Plano Estratégico de Ações Emergenciais, o qual encontra correspondência direta no Plano de Ação do PDN. Quanto à política nacional, declarou que ela define algumas competências relacionadas ao Município e ao Estado, como, por exemplo, a identificação e mapeamento das áreas de risco, visando a implementação de ações voltadas a seu gerenciamento, redução ou eliminação. A estrutura do plano calca-se em: Comitê Deliberativo formado por Secretários de Estado, de secretarias que têm interação com o tema; Grupo de Articulação de Ações Executivas (GAAE), formado por órgãos executivos e responsável pela formatação dos produtos das ações, submetendo ao Comitê Deliberativo a avaliação de sua eficácia e propondo eventuais encaminhamentos; e na Secretaria-Executiva, que ajuda todos os órgãos e cujas atividades são desempenhadas pelo Instituto Geológico. Acrescentou que, entre os resultados apresentados, sobressai o Plano de Trabalho de Curto e Médio Prazo (2012-2020) e o





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Boletim nº 1 do GAAE, que apresenta o cenário de referência do Estado em 2012, e que se encontra disponível no endereço eletrônico da Defesa Civil Estadual. Destacam-se neste Plano 122 ações estratégicas, das quais 73 se encontravam em andamento desde 2012, e 18 ações planejadas para serem implantadas a curto prazo (2012-2013) e 31 ações para o médio prazo (2014-2020). Enfatizou que todas as ações podem agregar-se em cinco produtos estratégicos: Geoportal de Riscos; Plano de Avaliação e Mapeamento de Áreas de Risco do Estado; Plano de Ampliação e Aperfeiçoamento de Planos Preventivos e de Contingência, do Monitoramento e Resposta a Emergências; Plano de Mitigação de Áreas de Risco – habitação e obras em áreas de risco; Plano de Capacitação e Percepção de Riscos – os dois últimos em estágio de organização. Destacou, entre os principais instrumentos de gestão de risco implantados no Estado, destacam-se algumas ações relacionadas a Diagnóstico, a Planejamento territorial, ao Monitoramento de áreas de risco, a Redução de riscos e a Capacitação. Quanto ao Diagnóstico são citados como exemplo o mapeamento de risco (realizado em 81 municípios) e a setorização de riscos “alto” e “muito alto” (realizado em 74 municípios, neste caso voltado para o monitoramento emergencial para planos preventivos destinados a áreas com problemas mais graves). Quanto ao Planejamento Territorial, destacam-se o Zoneamento Ecológico-Econômico, além da cartografia geotécnica para planejamento e gestão do uso e ocupação do solo (produtos elaborados por órgãos técnicos, instituições de pesquisa e universidades, constituindo um acervo de mais de 151 estudos, abrangendo cerca de 70 municípios do Estado). Em relação ao Monitoramento de áreas de risco, existem, dentre outros, os Planos Preventivos de Defesa Civil (até dezembro de 2012 eram operados em 129 municípios; há previsão de ampliação para 208 municípios a partir de dezembro de 2013) e o monitoramento pluviométrico e fluviométrico (que contam com 250 postos e 4 salas de situação). Quanto a redução de riscos, esta é lembrada quando se trata da implantação, pela Secretaria de Estado da Habitação, de programas específicos para as áreas de risco, e que, no período compreendido entre 2012 e 2015, prevê-se uma oferta de mais de 70 mil atendimentos habitacionais. Também podem ser citados o Programa Estratégico da Serra do Mar, e o Programa Litoral Sustentável. Como último tipo de instrumento de gestão de risco já implantado destaca-se o Programa de Capacitação de Agentes de Defesa Civil (oficinas e cursos preparatórios oferecidos pela CEDEC, com apoio do IG, além de novas parcerias entre a CEDEC com universidades, como a USP e a Univesp). Relacionou os avanços obtidos entre os anos de 2012 e 2013 e citou exemplos pertinentes acerca de ações e convênios levados a efeito, mencionando por derradeiro a avaliação e atualização do plano de trabalho de curto e médio prazo, em fase de finalização. Chamou atenção para a produção de três informes técnicos do GAAE, produzidos no primeiro semestre com o objetivo de dar suporte a problemas emergenciais surgidos então. Com relação ao Plano de avaliação e mapeamento de áreas de risco do Estado de São Paulo, ilustrou o histórico de produção de diferentes tipos de estudos, elaborados com diferentes finalidades: cadastro de áreas de riscos (74 municípios), planos municipais de redução de risco (27 municípios), o mapeamento de risco (66 municípios) e a setorização de risco alto e muito alto (76 municípios). Ilustrou com detalhamento a distribuição dos riscos no perímetro estadual, excusando-se de informações eventualmente faltantes. No que tange ao “Plano de ampliação e aperfeiçoamento dos PPDC, do monitoramento e da resposta a emergências” sublinhou a importância da locação de pluviômetros automáticos e semiautomáticos, no período entre 2012 e 2013, em áreas de risco prioritárias, e informou que atualmente se examina a possibilidade de se instalarem 4 radares móveis em regiões do Estado, o que permitirá um melhor monitoramento meteorológico e pluviométrico, com vistas ao monitoramento durante a Operação Verão, de modo a se possibilitar a atuação preventiva dos agentes técnicos e a se evitarem consequências desastrosas. Enfatizou que alguns produtos estão sendo negociados e outros já estão implantados, que decorrem da ação individual de diferentes órgãos e resultam dos critérios e diretrizes propostos pelo PDN. Discorreu sobre o “Projeto Defesa Civil Para Todos” que, embora em negociação, já reflete as características fundamentais do PDN no âmbito da Defesa Civil Estadual, e elencou os diferentes agentes e diferentes temas, como “SIDECC- Tecnologia para prevenção”, “Identificando o Risco”, . “São Paulo Riscando Risco” (que concebe as áreas de risco não apenas do ponto de vista da geologia, dado que a elas se associam riscos e vulnerabilidades de diferentes naturezas, e propõe-se que todos os problemas sejam tratados conjuntamente), “Conhecer para prevenir”





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

(implica capacitação, produção de material e pesquisa, projeto Escola da Defesa Civil, parcerias tanto para promover o conteúdo do material técnico e da capacitação como para discutir os aspectos didático e pedagógico relacionados a esse conteúdo), “Defesa Civil para Todos” trata do monitoramento das áreas de risco propriamente ditas e corresponde a uma ampliação das ações que a Defesa Civil realiza com muita competência há mais de vinte anos. Sublinhou que a Defesa Civil Estadual encontra nas Defesas Cíveis Municipais seu principal parceiro. Outro assunto importante, ofertou, é o envolvimento da Secretaria de Estado de Logística e Transportes e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros atores, com o “Projeto Transporte Sustentável – Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente”, com financiamento do Banco Mundial e que possui três focos importantes: transporte e logística, gestão ambiental e gestão de riscos a desastres. Este último envolve mapeamento de áreas de risco, monitoramento, produção de sistemas de informação (salas de cenários e sistemas de alerta). Lembrou ser esta área coordenada pelo Instituto Geológico e que os principais usuários dos produtos deste projeto são a Defesa Civil Estadual e as seguintes Secretarias de Estado: dos Transportes, da Habitação, da Educação, do Meio Ambiente, entre outras. Referiu-se à abrangência geográfica da aplicação deste projeto: 38 municípios da RMSP, exceto a Capital, e 12 do Litoral, além de trechos de rodovias. Mencionou que existem, no âmbito da Secretaria de Estado da Habitação, ações estratégicas em áreas de risco que incluem reassentamento habitacional, auxílio - moradia emergencial, ações preventivas e corretivas, com destaque para as medidas relacionadas com habitação sustentável no Litoral Paulista, levadas a efeito através de dois programas importantes, Programa Serra do Mar e Programa Litoral Sustentável, que são orientados por uma visão abrangente acerca do tema, pois, além do diagnóstico, oferta soluções para toda uma gama de problemas socioambientais. Destacou o Plano Habitacional do Estado, que na macrometrópole paulista envolve 173 municípios que correspondem a 73% da população do Estado e onde se encontram 92% das áreas de risco do Estado. Declarou que, como conclusão e perspectivas, apresentava uma área de risco tal como se encontra na RMSP, com todo o tipo de vulnerabilidade, e as mudanças propostas, e que o PDN propunha a utilização desse trabalho como modelo, para ser usado nas demais áreas de risco do Estado. Reiterou que o Secretário da Casa Militar, responsável pela Defesa Civil, tem visitado com frequência órgãos e titulares de outras pastas que possuem interface com essa questão, com o propósito de promover a interligação das ações, valorizar os resultados e, com isso, fortalecer os programas propostos pelo grupo técnico que trabalha com o PDN. No que tange à execução do Plano de Trabalho, atividades afins vêm sendo realizadas pelos órgãos e Secretarias, para o que é necessária a locação adequada dos recursos financeiros para lhe conferir exequibilidade. No que tange à viabilização financeira e política dos produtos estratégicos – planos e projetos específicos –, reiterou mais uma vez que ela vem sendo aprimorada e espera-se estabelecer uma rotina anual de atualização dos indicadores a partir do cenário de referência, buscando retratar os resultados (andamento e execução das ações) e a mudança ou reversão dos indicadores negativos. **O Cel. Marco Aurélio**, Secretário-Chefe da Casa Militar, noticiou a ocorrência naquele momento de incêndio no Assentamento São Bento, em Mirante de Paranapanema, e que, no contexto da Operação Corta-Fogo, fruto de parceria firmada entre a SMA, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, foram locadas oito aeronaves, uma delas tornada disponível para dar combate a esse incêndio. Agradeceu o apoio da SMA à Defesa Civil, cuja atuação permeia todas as Secretarias de Estado, e os Governos municipal e federal, que oferecem apoio imprescindível para o desempenho dessa atividade. Agradeceu ao Instituto Geológico o apoio que o Programa Estadual de Prevenção dos Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos–PEDN representa para a Defesa Civil. Referiu-se à parceria entre SMA, Habitação e Defesa Civil para a retirada e realocação de famílias que se encontravam em áreas de risco. Lembrou que a Defesa Civil trabalhou durante algum tempo só com dois tipos de riscos geológicos, com escorregamentos e riscos hidrológicos, e tenta atualmente ampliar sua atuação para outras modalidades de risco, como violência, saúde, falta de saneamento e, o mais importante,





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vulnerabilidade social. Acrescentou que a Defesa Civil trabalha a partir de novo conceito, que não se limita aos riscos já referidos, pois incorpora alguns novos, e conta, para tanto, com o apoio de outras Secretarias. Enfatizou que a realocação das famílias prioriza a infraestrutura dos locais, como equipamentos sociais – praças, parques lineares, escolas, postos da Polícia Militar e outros, a exemplo do sinal da internet. Mencionou a ação em conjunto com a Secretaria da Habitação no Bairro dos Pimentas, em Guarulhos, e em Monteiro Lobato. Noticiou que outras parcerias estão sendo firmadas com a USP e com a Unicamp, com vistas à criação de Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres, com o intuito de promover uma aproximação da universidade com as áreas, haja vista a capacidade de diagnóstico do meio científico, que permitirá identificar as necessidades locais. Finalizou exortando o Conselho a lançar um olhar sensível para a importância de unir esforços em torno da proposta de que era porta-voz, especialmente naquilo que ela representa para o combate à violência. Passou-se à discussão. A conselheira **Maria Auxiliadora de Assis Tschirner** comunicou que, na semana anterior, representantes do Governo do Estado visitaram prefeituras para falar sobre habitação e, mais especificamente, sobre liberação de recursos para as famílias mais carentes. Perguntou se, nessa oportunidade, foram tratadas questões relacionadas com a Defesa Civil, comentando a respeito que essa entidade só é chamada a atuar quando o evento já ocorreu. Em resposta ao comentário da conselheira, o **Secretário-Chefe da Casa Militar** observou que trabalhava na perspectiva de operar uma gradual mudança no perfil da atuação da Defesa Civil – a propósito do que citou a criação do SIDEC – Sistema Integral da Defesa Civil, que atua na tecnologia da prevenção de eventos que já alcança todos os municípios a quem requeria alimentasse o banco de dados com mais detalhadas informações. Noticiou também que a Universidade Virtual do Estado de São – Univesp, quarta universidade do Estado de São Paulo, passou recentemente a oferecer curso de formação de agentes da Defesa Civil, em nove módulos, e que estimulava os municípios a participarem. O conselheiro **Carlos Alberto M. Sanseverino** enalteceu o alto nível técnico da apresentação e do trabalho desenvolvido pelo Secretário-Chefe da Casa Militar, Cel. Marco Aurélio, e observou que a dificuldade de a Defesa Civil atuar preventivamente talvez se deva à ausência de conscientização, por parte da população, sobre a relevância de sua atuação no sentido de se antecipar à ocorrência dos eventos. E citou o exemplo do povo japonês. Enfatizou que existem, no país, situações em que o Estado se contrapõe ao próprio Estado, como atestam os dados estatísticos a respeito das ocupações irregulares e do licenciamento, frequentemente embargados pelo Ministério Público – e referiu-se a informações coligidas pela OAB segundo as quais 9 entre 10 EIAs/RIMAs analisados pela CETESB tratavam, não de fauna e/ou flora, mas quase exclusivamente de empreendimentos de infraestrutura e logística. Acrescentou que, nessa mesma proporção – 9 entre 10 –, os empreendimentos que são objeto desses estudos dão origem a inquéritos civis públicos e, desses 9 inquéritos 8 acabam se tornando ações civis públicas, que só transitam em julgado após oito e dez anos, e representam severo ônus para as finanças estaduais. Propôs, em face do ônus dessa tendência de judicialização das demandas e das não poucas dificuldades enfrentadas pela Polícia Ambiental para implementar uma eficaz atuação preventiva, que se examinasse a possibilidade de se elaborar, com a participação dos agentes públicos que compõem este Conselho, um Plano de Compensação Ambiental, com Bolsa de Compensação, para que o Ministério Público possa vê-lo e, assim, evitar-se a judicialização dos processos de licenciamento. Nesse contexto enfatizou o papel do Ministério Público que, imbuído de sua função social, avaliará e opinará acerca da possibilidade de se levar a efeito as medidas compensatórias eventualmente propostas, terminando por reiterar fosse essa proposta debatida. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** observou que, embora os planos revelassem, e não sem justa razão, uma preocupação maior com os eventos relacionados à instabilidade geológica, eles, na maioria das vezes, sofrem descontinuidade quando analisadas as áreas sujeitas a inundações. Ou seja, o zoneamento municipal, ao determinar que a área de expansão urbana abrange as áreas de risco, conflita com o mapa de riscos, o que se manifesta na dificuldade de conter a ocupação dessas áreas.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Mencionou levantamento fotográfico que mostra inúmeros conjuntos habitacionais, de responsabilidade do município e do Estado, em áreas de várzeas e, portanto, sujeitas às inundações. Referiu-se a loteamentos implantados nessas condições e que foram licenciados pelo Graprohab. Ao finalizar, indagou como gerenciar esse tipo de conflito no âmbito dos interesses locais, ou, em outras palavras, como o plano pode se sobrepor ou modificar o zoneamento municipal em virtude da demonstração cabal de que as áreas de expansão urbana podem agora ou no futuro representar um risco para a população. **Maria José Brollo** observou que, em relação à ocupação de áreas de risco, deve ser examinado onde se localiza a possibilidade de ocorrência do evento e onde já se consolidou uma ocupação, destacando ser função do Estado realizar o zoneamento, oferecer diretrizes, e do Município, através de sua Câmara, aprovar os planos diretores, cabendo aos municípios lutar localmente. Ponderou sobre a necessidade de aprimoramento do processo político, mencionando canais de que o Estado pode fazer uso para ordenar sua atuação. O Secretário-Chefe Casa Militar, **Cel. Marco Aurélio**, comentou que a Defesa Civil está realizando uma mudança de postura e buscando atuar preventivamente, e, nesse sentido, citou a necessidade de formação de agentes de defesa civil, em implantação pela Univesp, que orientará como o município deve proceder no que tange às ações de defesa civil, entre elas se inclui o Relatório de Averiguação de Infração Administrativa–RAIA, que trata de comunicação para a Defesa Civil do município, que dará prosseguimento desde que possua infraestrutura para tanto. O conselheiro **Lacir Ferreira Baldusco** observou que o Secretário de Estado da Habitação está percorrendo os municípios para tratar não apenas de questões ligadas à política habitacional como também para orientá-los acerca da defesa civil e, particularmente, sobre regularização fundiária. Argumentou tratar-se de ação integrada do Estado em cujo contexto a Secretaria de Habitação tem seu papel, e esclareceu que o município age algumas vezes com permissividade até mesmo pela dificuldade de exercer uma fiscalização mais efetiva, sobretudo nas áreas de mananciais. Informou quais Secretarias de Estado compõem o Graprohab–Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo e esclareceu a função deste órgão, que é promover o licenciamento de empreendimentos imobiliários e fiscalizar se foram ou se estão sendo cumpridas as exigências impostas, condição indispensável para a instalação do empreendimento. O conselheiro **Luís Fernando Rocha** lembrou ter apresentado a este Plenário, por ocasião 304ª Reunião Plenária Ordinária, em 19/02/2013, o Projeto Florestar, que, desenvolvido pela Procuradoria Geral de Justiça, possui três faces: de diagnóstico técnico-jurídico; de estudo da legislação com vistas à elaboração e apresentação de propostas; e, por derradeiro, de diálogo com órgãos internos do Ministério Público, entre outros o Conselho Superior do Ministério Público, e com órgãos externos, governamentais e não governamentais. Informou que tal projeto contou com o apoio efetivo do Secretário de Estado, Bruno Covas, do Secretário de Estado Adjunto, Rubens Rizek, do Coordenador da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, e já permitiu a assinatura do Projeto Sistema Compartilhado de Informações – para o qual solicita a ocasião de apresentá-lo ao Plenário. Referiu-se aos comentários do conselheiro Carlos Sanseverino sobre estatística, que demonstra que grande número dos técnicos da CETESB, durante três dos cinco dias da semana, se ocupa exclusivamente em oferecer ao Ministério Público informações solicitadas, e no prazo por ele estabelecido, que é curto. **Luís Fernando Rocha** observou que, a despeito do trabalho que tais respostas exigem, o Ministério Público não pode ser cerceado em seu poder de investigação, que se traduz também, como igualmente atesta o conselheiro Sanseverino, no seguinte resultado: nove de cada dez estudos protocolados no sistema se transformam em inquéritos civis. Enfatizou que o Sistema Compartilhado de Informações tem por objetivo proporcionar seja ao Ministério Público seja à Secretaria do Meio Ambiente informação a mais ágil possível. Argumentou que o Ministério Público, atendendo demanda da SMA no que concerne ao sistema compartilhado, criou um “link” que permitirá o acesso dos técnicos desse órgão aos inquéritos civis, aos termos de ajustamento de conduta e aos arquivamentos, e que, portanto, o sistema compartilhado funcionará como mão dupla





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

no que concerne à informação. Enfatizou o conselheiro que, quanto à face relacionada com a Cidadania Ambiental, o Projeto FLORESTAR, em parceria com a Organização não Governamental Pick-Upau – representado pela conselheira Andrea Nascimento, sua presidente –, elaborou um termo de cooperação já prestes a ser assinado por ambas as partes. Referiu-se a outro termo de cooperação, o Geopromp, que em breve também será assinado, que trata da compensação ambiental e que permitirá que a visão do promotor alcance uma perspectiva regional da situação, a qual funcionará como amparo para sua atuação. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** enfatizou que os focos do plano apresentado são nitidamente as seguintes situações e questões: instabilidade geológica que causa escorregamentos; ausência de fiscalização efetiva nos municípios, de modo a evitar a ocupação de áreas sujeitas à inundação; a permissão, por parte do município, para que a iniciativa privada implante loteamentos e conjuntos habitacionais regulares nessas áreas, por entender que elas configuram zona de expansão urbana. Enfatizou que estava chamando a atenção não para as ocupações irregulares de ontem nem os escorregamentos, mas, sim, para as ocupações regulares em área sujeita à inundação. “Coisas de hoje, não de ontem”. Enfatizou que o Município de São Luiz do Paraitinga é um exemplo dessa situação, pois aí se trata de situações estabelecidas, consolidadas, seculares, ou seja, são situações de ontem, de duzentos anos atrás, cujos erros são repetidos. Referiu que o plano poderia ser mais arrojado no sentido de mostrar a importância da prevenção de determinados riscos que dizem respeito à vida humana, e que existem situações em que algumas condutas podem ser obstruídas a partir de sua interface com a União e com o Estado, pois esses entes podem impedir o repasse de fundos e de recursos, se questões vitais não forem planejadas e preventivamente tratadas, como é o caso da inexistência do plano de resíduos sólidos e de outras tantas situações igualmente importantes na medida em que nelas entra em jogo a sobrevivência humana. Evidenciou que, se o zoneamento municipal está em conflito com o mapa de vulnerabilidade de risco, o primeiro tem de ser rediscutido. A conselheira **Ana Cristina Pasini** observou que, apesar de o EIA/RIMA ser o instrumento que se faz presente, com maior frequência, na pauta deste Colegiado, reconhece que o CONSEMA deveria debruçar-se mais amiúde sobre os projetos e planos ambientais de iniciativa desta e de outras Secretarias, pelo fato de seu escopo contemplar a integração de ações através de políticas, às quais, reconhece, este Colegiado deveria apegar-se mais. Admitiu que esse escopo, por contemplar a iniciativa dos diferentes setores envolvidos, deve ser discutido mais amplamente pelos membros do Colegiado, e não por uma única pessoa reconhecida como responsável por tal tarefa. Aliás, o próprio CONSEMA vem discutindo mais políticas do que projetos de EIA. Enfatizou que a elaboração dos planos diretores tem de levar em conta as características dos meios físico e social, que são a base sobre as quais se estribam as propostas preventivas e corretivas. Enfatizou que uma das funções dos protagonistas da gestão ambiental é realizar um diagnóstico, identificar os principais atores e propor as gestões e ações que se fazem necessárias. É preciso, observou, que suas várias facetas sejam analisadas na perspectiva de se recolher todas essas informações e organizá-las em um todo. Parabenizou o corpo técnico do Sistema Estadual do Meio Ambiente e colocou à disposição, inclusive das outras Secretarias, os estudos desenvolvidos. Lembrou ao representante do Ministério Público que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente possui programa com a mesma base de informação do DATAGEO, que se trata de um sistema de dados que igualmente é fundamental para a execução de qualquer gestão, e que se pode escolher aquele que se julgar mais interessante. O conselheiro **Lacir Ferreira Balduino** ofereceu várias informações sobre o Graprohhab, entre as quais que esse órgão só licencia se o empreendimento tiver sido aprovado pela Prefeitura, e que esse órgão só analisa projetos urbanísticos e não possui competência para vetar ou impedir a implantação de empreendimentos que estiverem em pacífica convivência com a legislação estadual. Pelo contrário, argumentou, se algum conflito surgir, deverá prevalecer a norma que possuir caráter mais restritivo. **Maria José Brollo**, geóloga do Instituto Geológico, agradeceu mais uma vez o convite para apresentar o plano, no qual continuaria a trabalhar com vistas a sua melhoria, e esperava em breve apresentar ao





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Plenário novos resultados. Explicou que o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais trata não apenas de escorregamentos, como também de todos os problemas ambientais e perigos geológicos. Acrescentou que o corpo técnico preparou as diretrizes, mapeamentos e avaliações de risco que consideram todos esses perigos – escorregamentos, inundação, erosão, e colapsos do solo –, os quais, ao ocorrerem, dão lugar a intervenções e recomendações contempladas nos mapeamentos. Acrescentou que o município se situa em uma das pontas desse processo, pois terá de adotar as medidas necessárias, com a ajuda da Secretaria da Habitação ou da Secretaria de Recursos Hídricos, ou de um dos componentes da estrutura no Estado. O Secretário-Chefe da Casa Militar, **Cel. Marco Aurélio**, comentou que a prioridade, no que concerne ao mapeamento de risco, são os 208 municípios inseridos na macrorregião metropolitana, os quais têm sido incentivados a elaborar seu plano diretor baseados nesse mapeamento. Argumentou que as obras construídas pela Defesa Civil – as pontes e as galerias – têm de obedecer algumas regras do município. Declarou ter incentivado os municípios a participarem do programa da Organização das Nações Unidas – ONU intitulado Cidades Resilientes, do qual o Japão é um exemplo claro, pois suportou aquela onda e, nos meses seguintes, de forma organizada e planejada, foi-se reestruturando. Informou que 56 cidades do Estado participam desse programa, para cujo ingresso se faz necessário obedecer-se certas regras, inclusive ambientais. Declarou que o município assume dar dez passos, que estão ligados a boas práticas no tocante à questão ambiental e à prevenção dos ecossistemas. Cumprida essa parte, o município passa a participar do programa e, ao final, se torna uma Cidade Resiliente, com uma Defesa Civil estruturada, planejada, com planos de contingência, de áreas de risco, enfim, se transforma em uma cidade segura, e tal condição atrai investimentos e financiamentos internacionais. Observou que, por essas razões, tem incentivado os municípios a participarem desse programa, pois iniciam perseguindo o fator econômico e, aos poucos, vão buscando outras formas de reorganização, principalmente no que tange às questões ligadas a áreas de risco. Ao concluir, agradeceu a oportunidade que lhe foi concedida de manifestar-se sobre o PDN e colaborar com as várias Secretarias de Estado que são representadas neste Colegiado, na busca de solução para os problemas. E colocou à disposição, na Casa Militar, a Defesa Civil. Passou-se ao Item 2 da Ordem do Dia, qual seja a apresentação sobre a elaboração do “Plano Estadual de Resíduos Sólidos: Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo”, a cargo de **Zuleica Maria Perez de Lisboa**. A conselheira, tendo informado que o plano que apresentaria era de responsabilidade do Centro de Projetos da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, teceu um breve relato sobre as etapas por que passou sua confecção e apresentou seus principais aspectos, do ponto de vista estrutural. Para tanto discorreu sobre a metodologia de coleta de dados adotada. Relatou que foram apresentadas ao todo sete propostas, mas que o certame resultou fracassado, posto que nenhuma atendia aos requisitos definidos pelo edital. Deliberou-se então por encaminhar o prosseguimento do trabalho já iniciado internamente pela CPLA no levantamento dos dados relativos a resíduos sólidos e no prosseguimento dos trabalhos desenvolvidos na elaboração da versão preliminar do Plano. Para tanto, foram encaminhados um total de setenta e um ofícios a outros órgãos, a partir do que se procedeu à seleção e filtragem dos dados encaminhados. A partir destes ofícios, sublinhou, quatorze órgãos encaminharam informações sobre o assunto, dezesseis indicaram apenas o nome das pessoas que tratavam do tema em seu âmbito, e outros quarenta não ofereceram resposta. Buscou-se a adequação da estrutura do documento à estratégia definida, apresentando por primeiro um breve histórico da gestão de resíduos no Estado de São Paulo, em seguida a apresentação do diagnóstico de cada tipo de resíduo por UGRHI, em relação à geração, coleta e disposição final, e, por fim, trabalhando com informações na esfera federal, estadual, municipal e da iniciativa privada, para que se chegue o mais próximo da realidade. O trabalho aponta, enquanto modelo estrutural, além do conceito, a explicação acerca da geração, da coleta e disposição final dos resíduos sólidos, as fontes de informação utilizadas, o diagnóstico por UGRHIs e um panorama geral de tudo quanto constatado. Relatou ainda que o processo identificou como principais problemas o fato de as bases





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de dados serem de anos diversos, dificultando a comparação, somando-se a isto o fato de não dividirem o Estado por UGRHIs, de estarem desatualizadas e de não contemplarem todos os aspectos dos ruídos em relação à geração, coleta e disposição final, entre outros. Mencionou como fontes de dados sobre geração, coleta e destinação final os Inventários CETESB 2011 e 2012, IGR 2012, SNIS 2011 e Panorama ABRELPE 2012. Outros dados – comentou – não foram aproveitados: os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Pesquisa Municipal Unificada-PMU 2007, da Fundação Seade; e sublinhou como dados necessários a localização das diversas unidades de tratamento e disposição final de resíduos, fornecida pela CETESB, e a vida útil dos aterros sanitários em vala, colhidos junto à SEADE e CETESB. Os dados relacionados aos resíduos sólidos urbanos foram obtidos junto ao SNIS (dados operacionais de água e esgoto em 2012); os não utilizados integram a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, do IBGE; e os necessários foram obtidos dos índices sobre produção de lodos em sistemas de saneamento, pela SABESP, além das informações coligidas pelo DAEE sobre resíduos de serviços de drenagem e pelo ICTEM/CETESB sobre disposição de lodos. Apresentou ainda informações atinentes às constatações específicas dos resíduos de saneamento, daqueles produzidos pela construção civil, às constatações específicas dos resíduos de serviços de saúde, aos resíduos da atividade industrial, àqueles de que resultaram as diversas modalidades e atividade agrossilvopastoris, de transporte, minerárias, assim como às constatações específicas da logística reversa. Antecipou em seguida quais os próximos passos a se tomar na definição da Política: a inserção de informações que, nada obstante obtidas, não foram ainda trabalhadas conforme exigido; o estabelecimento de contato com os responsáveis nos órgãos com vistas à coleta de informações ainda necessárias; a recepção das contribuições que serão encaminhadas pelas secretarias que compõem a comissão encarregada de discutir o assunto, no que diz respeito à versão preliminar; a finalização das tratativas com a UNESP com o intuito de se celebrar um protocolo de intenção ou convênio para que os produtos previstos no termo de referência da licitação sejam por ela levados a efeito; a finalização do documento até dezembro do corrente ano, ao que se seguirá a disponibilização via digital, no site da Secretaria do Meio Ambiente, de sua versão preliminar; a realização de cinco audiências públicas e o encaminhamento do documento aos municípios através das quinze oficinas de capacitação do Projeto GIREM previstas para o ano de 2014. Particularmente sobre o Projeto GIREM, declarou que tinha por objetivo apoiar os municípios com até cem mil habitantes e que não se encontrem nos limites da RMSP na elaboração de seus planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, o que deverá dar-se por meio das oficinas de capacitação de gestores e técnicos municipais. Foram desenvolvidas ao todo quinze oficinas em 2012, com a participação de duzentos e sessenta e nove municípios, e prevê-se que 2013 se encerrará com dezoito oficinas realizadas, das quais participarão trezentos e oitenta e um municípios. Informou que, por solicitação dos municípios que integram a Região Metropolitana de São Paulo, realizaram-se, na sede da Secretaria do Meio Ambiente, eventos que contabilizaram ao final a participação de oitenta e seis municípios. Na apuração final, dos quinhentos e vinte municípios previstos, apenas cinquenta e três resta serem ainda capacitados. Passou-se ao debate. Em esclarecimento a questionamento lançado pelo conselheiro **Antônio Abel Rocha da Silva**, **Zuleica Perez** declarou haver recebido o Plano Municipal de São Paulo, e que, se porventura convidada a participar de reuniões em nome da Secretaria e prestar sua colaboração à municipalidade, não deixará de fazê-lo. Ponderou que, nada obstante a metodologia utilizada no plano ter sido desenvolvida de forma mais específica para os municípios com até cem mil habitantes, não havia razão que impedisse fosse adaptada a outros maiores. Em resposta a questionamento pontual do Presidente, respondeu que, apenas no último ano, cento e trinta municípios enviaram à Secretaria cópias de seus planos municipais. O conselheiro **Nelson Roberto Bugalho**, em complementação à preleção da conselheira Zuleica, declarou que a CETESB já recebera da CPLA a minuta do plano, e que esta fora submetida à análise de algumas diretorias da agência ambiental, que naquele momento finalizavam suas considerações a respeito. Lembrou que a





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Comissão responsável tinha agendada para o próximo dia 22 reunião na qual a CETESB terá ocasião de expor seu ponto de vista. A respeito da questão relativa à logística reversa, relatou que, após a edição da recente Resolução 38 da SMA, foram já firmados três termos de compromisso com representantes da iniciativa privada, todos eles acompanhados pela CETESB, que poderá oportunamente revisá-los ou estabelecer-lhes metas específicas. A medida atenderia a reclamo do Ministério Público do Estado de São Paulo, que tem inúmeros inquéritos civis em curso a respeito. Ao par disso, declarou, a CETESB buscava a regulamentação e incorporação do tema à sua rotina, e dispunha-se a realizar apresentação ao Conselho sobre logística reversa e tudo quanto tem sido realizado pela CETESB em vista do firmado com a SMA. Anunciou ao final convênio celebrado com o intuito de se implantar sistema de rastreamento de resíduos da construção civil – primeiro em Santos e em seguida, até fevereiro, em toda a RMS. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** perquiriu acerca dos municípios que teriam enviado seus planos em 2013, já que a informação fornecida dava conta apenas dos recebidos ao longo de 2012, ao que esclareceu a conselheira **Zuleica Perez** que havia a expectativa de recebimento de uma grande quantidade deles entre os meses de outubro e novembro próximos. O município que tem o plano – destacou – é pontuado, como sinal de reconhecimento ao trabalho desenvolvido. O conselheiro **Marcelo Manara** apoiou a proposta do conselheiro Nelson Bugalho de se trazer ao Conselho apresentação sobre o tema logística reversa, e questionou da conselheira Zuleica Perez se a minuta do plano era já disponibilizada aos conselheiros. **Zuleica Perez**, secundada por **Nelson Bugalho**, solicitou ao conselheiro Marcelo Manara que aguardasse fossem mais bem consolidados os dados que embasarão o texto final, para, talvez já em outubro, no ensejo de uma possível apresentação do plano ao Conselho, se proceder à disponibilização do texto integral do documento aos conselheiros. A conselheira **Rosa Ramos**, tendo parabenizado a conselheira Zuleica Perez pela apresentação, ponderou se a entrega e a avaliação dos planos municipais estaria inserida no critério de atribuição de pontos do Município Verde-Azul, importante mecanismo de controle do desempenho dos municípios no âmbito de que trata. Em arremate, **Zuleica Maria Perez de Lisboa** anuiu, e esclareceu que a avaliação da disposição dos resíduos sólidos produzidos pelos municípios era de fato uma estratégia de controle implementada pela CETESB que possibilitava monitorar melhor os municípios. Relatou que a agência ambiental trabalhava desde 1997 com a questão no Estado, e que, dos 510 municípios inscritos no programa Município Verde-Azul que receberam questionários acerca da gestão dos resíduos sólidos, 502 deles haviam ofertado resposta a contento, chancelando assim a eficácia da estratégia de coleta de dados adotada. Passou-se ao terceiro item da Ordem do Dia, a apresentação do convênio celebrado com a WWF de apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs e ao Programa Trilhas de São Paulo. O engenheiro agrônomo **Paul Dale**, do Gabinete da SMA, reconheceu a oportunidade da apresentação do convênio e noticiou ter sido ele celebrado no dia 1º de agosto último. Pontuou que ele desperta uma expectativa muito grande, até mesmo por envolver uma gama de instituições e parceiros e serem seus objetivos: estimular a criação e apoiar a gestão das RPPNs, e, no caso das unidades de conservação públicas ou daquelas administradas pela Secretaria do Meio Ambiente, desenvolver e apoiar a visitação pública. Pontuou não se tratar de um convênio que prevê a transferência de recursos, mas que cria a oportunidade de que novas ações se associem àquelas adotadas pelos vários participantes. Numa tentativa de síntese, ele explicou que, a partir de um contexto de oportunidades e por meio da Comissão Paulista de Biodiversidade, coordenada pelo Secretário de Estado Adjunto, Rubens Rizek, serão alcançadas algumas metas estabelecidas em Aichi, precisamente a que diz respeito à convenção de atividade biológica em São Paulo. Acrescentou que esse convênio reconhece a oportunidade, também no contexto de eventos que chamam a atenção, de trabalhar com a integração entre a questão urbana e as áreas verdes e as reservas naturais. Acrescentou serem várias as ações que se pretende implementar, e que, à guisa de amostragem e ilustração, selecionava apenas algumas, entre as quais a ampliação das Trilhas de São Paulo – um programa governamental que já





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fez longa caminhada, que envolve todas as áreas públicas administradas pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e requer uma parceria direta com o programa das RPPNs do Estado. Referiu que a gestão das unidades de conservação é uma atividade gigantesca, porque requer, entre outras medidas, uma visitação de qualidade, com segurança e respeito ao meio ambiente – requisitos estes indispensáveis para a conservação dos recursos naturais. Noticiou que a WWF, por sua vez, administra o programa Trilha da Mata Atlântica, tornando exequível se promover, portanto, o contexto do encontro dessas duas ações. Explicou terem sido selecionadas cinco áreas-piloto, cuja distribuição, com vistas à execução do convênio, se dará da seguinte forma: o Instituto de Botânica será responsável pela gestão do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, e as demais quatro áreas serão administradas pela Fundação Florestal. São elas: Parque Estadual da Serra do Mar; Parque Estadual da Ilha Anchieta; Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual da Cantareira. Passou a apresentar algumas imagens com vistas a ilustrar a diversidade com que estava trabalhando, argumentando que, principalmente no que tange às trilhas, se juntavam quatro componentes. Explicou serem os investimentos direcionados de modo a reforçar o trabalho de planejamento, aprofundamento e aprimoramento da infraestrutura, precisamente no caso das unidades de conservação e da visitação pública. Em seguida, apresentou eslaide do plano de trabalho como também o diagnóstico e o mapeamento, já em curso, das 70 RPPNs que chegam a totalizar 20 mil hectares. Reiterou tratar-se de esforço conjunto que envolve tanto a WWF Brasil como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, pois se trabalha tanto com unidades de conservação federal como com RPPNs municipais. Noticiou que se encontra em andamento diagnóstico mais aprofundado do que já se tem requerido, e que esse projeto está permitindo a criação de um banco de dados inéditos com base nos quais se basearão o planejamento, o monitoramento e a gestão de suporte dessas ações. Lembrou que o Secretário de Estado do Meio Ambiente juntamente com o Diretor da Fundação Florestal determinaram que, no caso dos dados relacionados com as unidades de conservação e com as RPPNs, fossem eles divulgados de maneira regular na forma de anuário. Acrescentou que, à medida que esse diagnóstico contribuir para a produção de informações mais detalhadas, elas devem ser publicadas na forma de atlas, de modo a marcar as diferenças de ganhos qualitativos e quantitativos. Referiu-se aos esforços de capacitação dos proprietários e gestores das RPPNs cuja efetividade pode transformá-las numa estratégia de conservação adequada, tal como a trilogia proposta pelo Japão. Referiu-se a outras formas adotadas pelo processo de comunicação, inclusive sua apresentação bilíngue. No que tange às trilhas, referiu-se ao levantamento, planejamento e implantação das estruturas a elas associadas e aos atrativos no caso da visitação pública. Referiu-se também ao esforço necessário para se implantar, como se pretende, mais de novecentos quilômetros de trilha. Teceu comentários sobre outras etapas do processo de ampliação das trilhas e mencionou, entre as entidades envolvidas com participação mais relevante, a Secretaria Estadual de Turismo, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo e a Coordenadoria de Parques Urbanos. Também o Comitê Paulista da Copa, através de seu representante, vem adotando critérios rigorosos no uso de sua marca, no âmbito do Programa Federal Parques da Copa. O conselheiro **Jeferson Rocha de Oliveira** parabenizou a todos e a cada um dos técnicos empenhados na consecução dos objetivos de cada uma das etapas até agora com sucesso concluídas, citando-os nominalmente. Saudou as autoridades presentes e ressaltou a necessidade de se dar maior efetividade à atuação do Estado, fortalecendo-se a equipe da Fundação Florestal e evitando-se ônus excessivo ao erário público e, conseqüentemente, a emissão desnecessária de precatórios. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos desta plenária. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

